



Número: **0845808-34.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **02/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARISTELA DA SILVA (AUTOR)		ERIC TORQUATO NOGUEIRA (ADVOGADO) CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO (ADVOGADO) BRUNO HENRIQUE CORTEZ DE PAULA (ADVOGADO)	
FABIO ALVES PEREIRA (AUTOR)		ERIC TORQUATO NOGUEIRA (ADVOGADO) CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO (ADVOGADO) BRUNO HENRIQUE CORTEZ DE PAULA (ADVOGADO)	
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (REU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80170478	25/03/2022 09:02	2763935_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_01	Petição



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08458083420198205001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARISTELA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar

IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO ID 78829255 - Comunicações (Impugnação. Cálculo da sucumbência errado)

pelos motivos que passa a expor.

Importante esclarecer que o pedido da parte autora encontra-se completamente equivocado, pois a condenação imposta transitada em julgado não foi de 10% do valor da condenação, **mas sim do valor da CAUSA**, vejamos:

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, para condenar a parte demandada a pagar aos autores a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT na cobertura por morte, no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) para cada um dos demandantes, acrescido de juros legais (1% ao mês), contados a partir da citação (art. 405 do Código Civil, art. 240 do CPC e súmula 426 do STJ) e correção monetária contada a partir da data do óbito 25/08/2019, de acordo com os índices do INPC.

Custas e honorários fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa que devem ser pagos pela parte sucumbente.

Desta forma, no cálculo ID 78132987 foi providenciado o pagamento do valor da condenação total de R\$ 13.500,00 (R\$ 6.750,00 para cada uma das partes), que atualizado perfaz o montante de **R\$ 18.107,57** e, quanto aos honorários, o cálculo abaixo no mesmo ID consta com o valor da causa de R\$ 1.000,00, que atualizado perfaz o montante de R\$ 1.165,07 e 10% deste montante configura **R\$ 116,51 a título de honorários**, sendo o **pagamento final no valor de R\$ 18.224,08, ou seja, R\$ 18.107,57 da condenação mais R\$ 116,51 de honorários**. Frisa-se que **a sentença TRANSITOU EM JULGADO**, pois a parte autora apresentou apelação e logo após desistiu do recurso.

Em virtude do exposto, notório o **EXCESSO no pedido de saldo**, pois o valor já foi quitado nos exatos termos da condenação. Desta forma vem postular pela **PROCEDÊNCIA da presente impugnação e extinção dos autos nos termos do art. 924, II, CPC, face a satisfação da obrigação anteriormente comunicada e nos exatos termos da condenação imposta.**



Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 23 de março de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 25/03/2022 09:02:31
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22032509023121200000076259635>
Número do documento: 22032509023121200000076259635